

Impasse no Senado

JORNAL DE BRASÍLIA

Haroldo Hollanda

10 JUL 1990

O Palácio do Planalto traçou sua estratégia quanto ao andamento, no Senado, do projeto de lei originário da Câmara que dispõe sobre política salarial. Sua intenção é a de não aceitar qualquer proposta que regulamente o assunto enquanto não houver um entendimento político que leve em conta as razões do Governo. Dentro dessa ótica, as lideranças governistas foram instruídas a não dar número no Senado para qualquer votação que trate de lei salarial. A ministra Zélia Cardoso de Mello não admite qualquer proposta que implique novamente na indexação de salários e preços, o que, na sua opinião, provocaria o retorno do País à situação anterior, em que estivemos à beira da hiperinflação. Um dos líderes políticos do Governo observa que a recessão nos próximos dias deve se aprofundar, como medida essencial ao que o ex-ministro Roberto Campos qualificou em passado distante como reversão das "expectativas inflacionárias".

Informa-se que o Planalto inclina-se a examinar a concessão de um abono aos trabalhadores que percebem até três salários mínimos, sob a alegação de que estes são os mais sacrificados, constituindo aproximadamente 45% da massa salarial brasileira. No entanto, senadores como José Ignácio

e Marco Maciel, líderes do Governo e do PFL no Senado, estão numa posição política delicada e constrangedora, uma vez que, embora inteiramente solidários com o Governo, não pretendem se submeter ao desgaste que representa ficar contra uma lei salarial num ano eleitoral. O senador José Ignácio, que é candidato a governador do Espírito Santo, preferiu permanecer ontem em seu Estado. Já o senador Marco Maciel, que pleiteia sua reeleição para o Senado, deu seu voto à lei salarial, embora a maioria esmagadora dos integrantes de sua bancada primasse pela ausência em plenário. Os que na bancada governista se dispõem a assumir posição idêntica à do senador Marco Maciel argumentam que o Palácio do Planalto poderia, numa atitude inteligente, concordar com a aprovação do projeto de lei salarial, pois o presidente da República poderia vetá-lo integralmente. Mas os políticos alinhados com o Governo alegam que não se pode transferir exclusivamente ao presidente Fernando Collor o ônus de vetar uma iniciativa desse alcance e repercussão política. É preciso, salienta-se, que as responsabilidades a respeito sejam divididas.

A ministra Zélia Cardoso de Mello e toda a equipe governamental estão na expectativa de que a

inflação, a partir de agosto, venha a ceder. Com os salários e o crédito comprimidos, as vendas no comércio têm tendência a experimentar forte retração. Assinalam ainda os políticos e técnicos oficiais que a liberalização das importações de vários produtos irá determinar maior competição no mercado, forçando os preços para baixo. Para a ministra da Economia, há um forte componente psicológico na súbita elevação dos preços de algumas mercadorias, mas ela manifesta aos políticos com os quais conversa, sua certeza de que a firmeza como que o Governo se dispõe a enfrentar esse desafio, acabará resultando na derrota da inflação.

Obstrução

O PDT e o PT vão continuar obstruindo a votação no Congresso, da Lei de Diretrizes Orçamentárias enquanto não for votado pelo Senado o projeto de lei salarial. As lideranças dos dois partidos de oposição chegaram à conclusão de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderá ser apreciada pelo Congresso enquanto não forem votados pelo plenário mais de 50 vetos presidenciais, que gozam de preferência. Se o senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso, não seguir esse ritual, determinado pela Constituição, PDT e PT examinarão a hipótese de novamente recorrer ao Supremo Tribunal Federal.